



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 22/XIII/ 3.ª SL

Em 4 de janeiro de 2018, pelas 14 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Nomeação de relator para emissão de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

Projeto de Lei n.º 694/XIII/3.ª (PSD) - Alteração ao regime jurídico dos Inquéritos Parlamentares;
Relator - Deputado António Filipe (PCP)

Projeto de Lei n.º 654/XIII/3.ª (PAN) - Altera a moldura penal relativa ao crime de incêndio florestal;
Relatora - Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)

Projeto de Lei n.º 656/XIII/3.ª (PAN) - Inclui o crime de incêndio florestal no elenco dos "crimes de investigação prioritária";
Relator - Deputado Filipe Neto Brandão (PS)

Projeto de Lei n.º 675/XIII/3.ª (BE) - Altera a Lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017 -2019, considerando o crime de incêndio florestal como crime de investigação prioritária;
Relator - Deputado Filipe Neto Brandão (PS)

5. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para prestação à Assembleia da República de orientação clarificadora dos direitos e dos deveres de relacionamento institucional devidos aos Deputados da Assembleia da República por parte da Direção Nacional da PSP, a dirigir a todas as hierarquias, agentes e funcionários desse serviço de segurança, na sequência da situação ocorrida na Esquadra da PSP da Ilha Graciosa;**
6. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
7. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
8. **Apreciação e votação das atas n.ºs 15 a 21/XIII/3.ª, correspondentes às reuniões de 29 de novembro a 20 de dezembro de 2017;**
9. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foi comunicado que baixara à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1209/XIII/3.ª (PAN) - [Recomenda ao Governo português que proceda ao combate ao tráfico de seres humanos para fins laborais](#), tendo o Senhor Presidente informado que o PAN indicaria posteriormente se pretendia que a discussão se realizasse em reunião plenária ou na Comissão, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 128.º.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 22/XIII/ 3.ª SL

Em seguida, procedeu-se à comunicação e distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do documento	Deputado relator	Prazo
COM (2017) 772 - Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia	Deputado Fernando Rocha Andrade (PS)	30.01.2018
COM (2017) 773 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ DAS REGIÕES Reforçar a gestão das catástrofes pela UE: RescEU Solidariedade com responsabilidade Solidarity with Responsibility	Deliberado não escrutinar	NA

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi designado relator do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016 o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE)

No ponto seguinte, começou por ser apreciado o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 694/XIII/3.ª \(PSD\)](#) - Alteração ao regime jurídico dos Inquéritos Parlamentares, que foi apresentado pelo respetivo relator, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) e no final, submetido a votação (nas suas partes I e III), foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 654/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Altera a moldura penal relativa ao crime de incêndio florestal, que foi apresentado pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

A solicitação do Grupo Parlamentar do BE, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação dos Projetos de Lei n.ºs [656/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Inclui o crime de incêndio florestal no elenco dos "crimes de investigação prioritária" e [675/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019, considerando o crime de incêndio florestal como crime de investigação prioritária, tendo o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) informado que iria adaptar a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 22/XIII/ 3.^a SL

iniciativa legislativa apresentada pelo BE de forma a evitar eventuais juízos de inconstitucionalidade.

No quinto ponto da ordem do dia, que consistia na apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para prestação à Assembleia da República de orientação clarificadora dos direitos e dos deveres de relacionamento institucional devidos aos Deputados da Assembleia da República por parte da Direção Nacional da PSP, a dirigir a todas as hierarquias, agentes e funcionários desse serviço de segurança, na sequência da situação ocorrida na Esquadra da PSP da Ilha Graciosa, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) de forma muito breve, uma vez que o teor do requerimento já fora devidamente apresentado e discutido em anteriores reuniões da Comissão. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que reafirmou que a matéria já fora objeto de discussão, que a novidade era a transformação em requerimento escrito do que fora apresentado oralmente na passada reunião e informou que o Grupo parlamentar do PS iria votar contra.

Não havendo mais pedidos de palavra, o requerimento foi submetido a votação e rejeitado, com votos contra do PS, do BE e do PCP e votos a favor do PSD e do CDS-PP.

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios finais de petições nem à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, o senhor Presidente submeteu a votação as atas n.^{os} 15 a 21/XIII/3.^a, correspondentes às reuniões de 29 de novembro a 20 de dezembro de 2018, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No último ponto, reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) interveio para informar que se retirava do Grupo de Trabalho - Petição n.º 250/XIII/2.^a – “Toda a vida tem dignidade”, bem como que não integraria nenhum outro grupo de trabalho até ao final da Legislatura.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) usou da palavra sobre a criação do Prémio António Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares e questionou se havia decisão sobre o modo de designação dos dois representantes da Comissão no júri,



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 22/XIII/ 3.ª SL

tendo o Senhor Presidente informado que esse assunto seria abordado na reunião seguinte da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de janeiro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelas de Vasconcelos)

Nota: Aprovada a 7 de fevereiro de 2018



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 22/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Carla Sousa
Maria Adelaide Ribeiro
Maria Germana Rocha
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Fernando Negrão
José Luís Ferreira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: